

## COMUNIDADES E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A REALIDADE DOS CONFLITOS EM COMUNIDADES DO ENTORNO DOS PARQUES ESTADUAIS DO RIO PRETO E BIRIBIRI, MINAS GERAIS (MG)

Marcelino Santos de Moraes<sup>1</sup>  
Bernardo Machado Gontijo<sup>2</sup>  
Danielle Piuzana Mucida<sup>3</sup>  
Patrícia Crisóstomo Dupin<sup>4</sup>

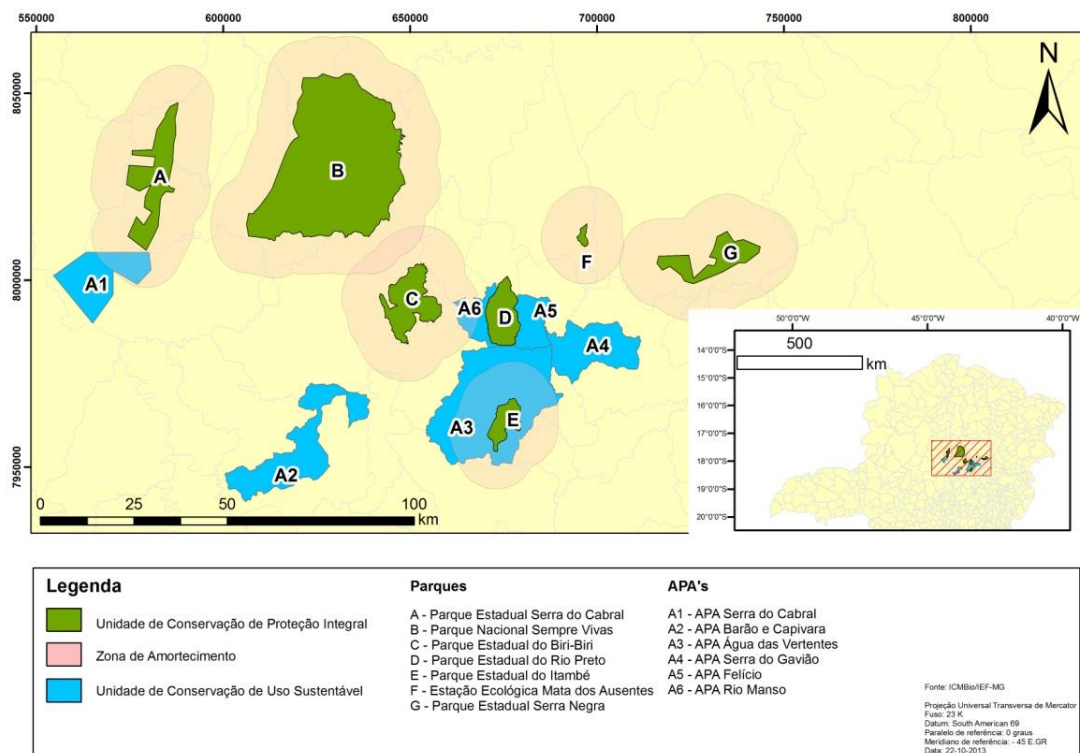
### Introdução

O presente artigo é fruto das discussões e atividades realizadas pelo Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço (GIPE), que possui como linha norteadora o estudo integrado da paisagem da Serra do Espinhaço, com ênfase nas interfaces existentes entre áreas protegidas e produção do espaço. Neste sentido traz resultados parciais de um doutorado em andamento sobre os conflitos socioambientais entre comunidades do entorno de dois parques estaduais do Alto Jequitinhonha. A área de abrangência e de foco da pesquisa está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral (Figura 1). Trata-se de uma região única em termos da paisagem mineira, palco de pressões sociais e econômicas que se refletem no conjunto de seu arranjo espacial, especialmente no que tange à questão ambiental do mosaico, fato que resulta, inclusive, na existência de Unidades de Conservação, sejam elas de proteção integral ou de uso sustentável.

Neste sentido tem-se como objeto de estudo os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto e a dinâmica de seus entornos, e que a partir de suas criações instalou-se uma série de conflitos socioambientais (Figura 1).

No Brasil, a Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que passa a estabelecer critérios e normas para a criação, categorização, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC), nas instâncias federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2000).

Figura 1: Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral.



Fonte: Produção dos autores.

De acordo com o SNUC, duas amplas categorias de UCs são definidas: (i) as de proteção integral, com a conservação da biodiversidade como principal objetivo; (ii) as de uso sustentável, que permitem várias formas de utilização dos recursos naturais, com a proteção da biodiversidade como um objetivo secundário (BRASIL, 2000). Correspondem aos termos unidades de conservação de uso indireto (proteção integral) e de uso direto (uso sustentável) utilizados anteriormente ao SNUC.

Os Parques Estaduais fazem parte da categoria de UCs de Proteção Integral, restringindo assim o uso de seus recursos naturais. Tal restrição tem por objetivo principal a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, sendo permitido, conforme explicitado pelo SNUC, somente a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação

ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, desde que autorizada pelo órgão gestor da unidade.

O SNUC também regulamenta o uso de áreas circundantes aos Parques, que as definem como zona de amortecimento (ZA). Nessas áreas as atividades antrópicas poderão se sujeitar a normas e possíveis restrições de uso visando assim a minimização de possíveis impactos negativos sobre a unidade.

Dessa forma a criação de unidades de conservação de proteção integral produz transformações nas estratégias de reprodução social dos grupos humanos que habitam e/ou as circundam (ANAYA; BARBOSA e SAMPAIO, 2006).

Em Minas Gerais (MG), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), autarquia criada pela Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962 (MINAS GERAIS, 1962), vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem por finalidade efetivar a política florestal do Estado, bem como efetuar a preservação e a conservação dos ecossistemas, promover o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis e auxiliar no desenvolvimento de pesquisa em biomassa e biodiversidade. O IEF, entre outras funções, administra as UCs do estado de Minas Gerais, conduzindo as atividades e ações necessárias para assegurar o alcance dos objetivos e a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), o qual se apresenta em consonância ao SNUC.

As normas e restrições à visitação e atividades em Unidades de Proteção Integral, como os parques estaduais, devem estar explicitadas nos seus respectivos Planos de Manejo, os quais de acordo com a Lei Nº. 9.985, que institui o SNUC, assim o define:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

No estado de Minas Gerais, as atividades de pesquisa a serem realizadas em Unidades de Conservação, dependem de autorização prévia do IEF e devem se adequar as condições e restrições estabelecidas pelo órgão estadual que se apóia no Decreto nº 21.724 de 23/11/1981 (MINAS GERAIS, 1981), o qual aprova o regulamento dos parques estaduais.

Segundo Morais (2012) os decretos de criação dos parques estaduais do Rio Preto e do Biribiri datam dos anos de 1994 e 1998, respectivamente. O histórico de constituição dessas Unidades de Conservação informa o envolvimento das comunidades campesinas que habitam seus entornos. Entretanto nota-se uma incipiente integração e participação desses atores sociais em atividades relacionadas aos Parques, assim como no seu contexto de criação.

Tal percepção sugere possíveis limitações e fragilidades em suas formas de gestão, especialmente, no que concerne ao envolvimento com a população residente no entorno de áreas protegidas. Neste sentido, um importante foco de estudo para a região são as relações socioambientais acerca da produção do espaço nas comunidades e do papel de áreas protegidas. Os atores sociais desta pesquisa são populações campesinas de quatro comunidades rurais situadas nas Zonas de Amortecimento (ZA) dos parques: (i) As comunidades de Santo Antônio e Alecrim, comunidades inseridas na ZA do Parque Estadual do Rio Preto e (ii) Pinheiro e Maria Nunes inseridas na ZA do Parque Estadual do Biribiri. Cabe ressaltar que no entorno do Parque Estadual do Rio Preto, há, ainda, sete outras comunidades inseridas na ZA e o levantamento das informações pertinentes a elas ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

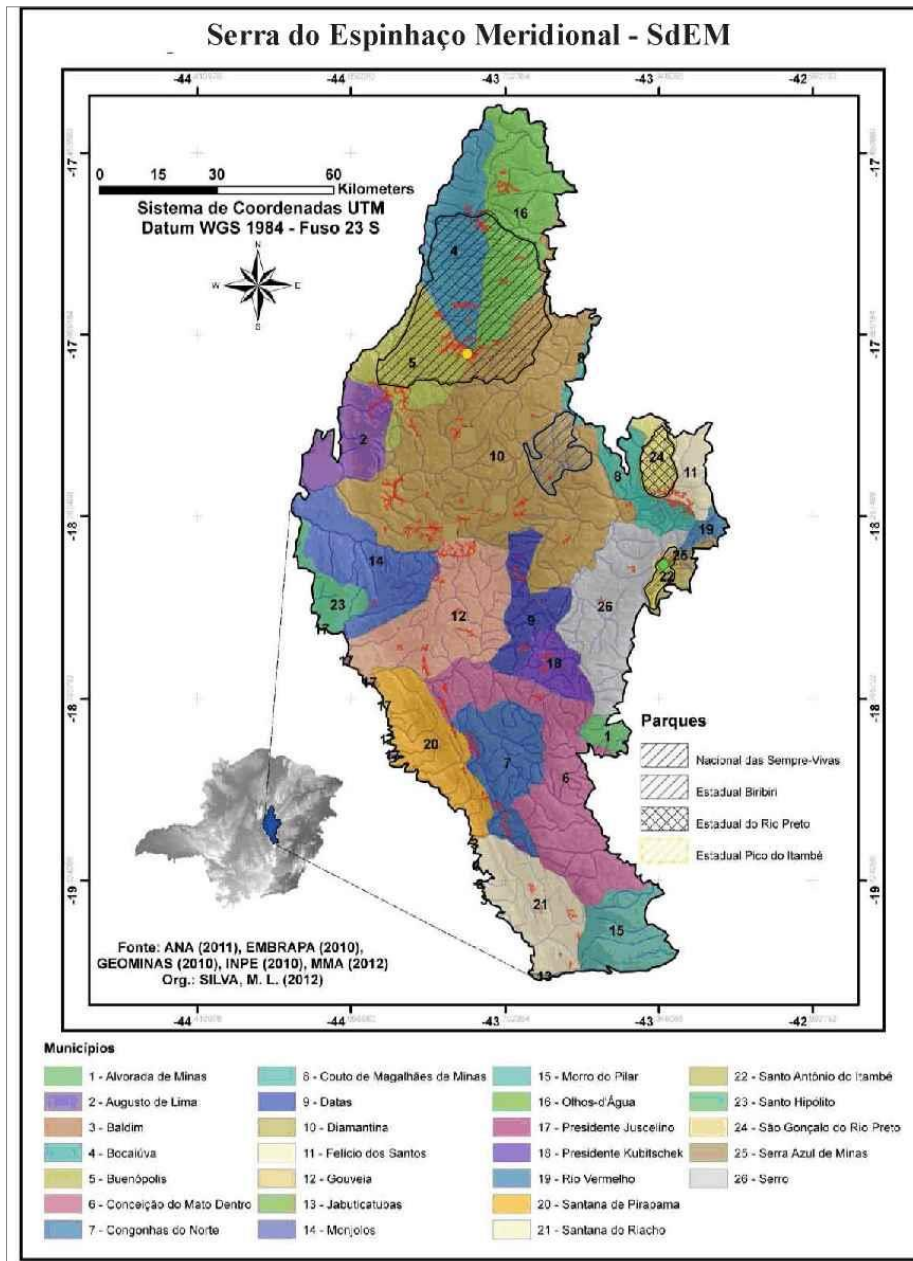
## Contextualização Regional

Os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto localizam-se na porção norte da Serra do Espinhaço Meridional (Figura 2), porção essa que segundo Abreu (1982), Saadi (1995) e Morais (2012) tem sido objeto de estudos de cunho geográfico/geológico pelo menos desde o início do século XIX. A formação territorial promovida pela exploração especialmente do diamante, mas também do ouro, que deixou marcas nas paisagens regionais. Desse fato resultou uma diferenciação étnica que, somado às questões sociopolíticas e às condições fisiográficas, definiram a paisagem desde o século XVIII em todo o Alto Jequitinhonha. A área desta pesquisa se insere nos limites do antigo Distrito Diamantino (LOPES et al. 2011). Tal região é definida por Abreu (1982) como Planalto de Diamantina e que corresponde ao setor onde a superfície superior da Serra do Espinhaço a qual se apresenta melhor preservada, delimitando e definindo um conjunto de terras altas e contínuas (Figura 3).

O território do antigo Distrito Diamantino guarda certa unidade paisagística, marcada pelas feições singulares da Serra do Espinhaço Meridional, apresentando afloramentos de quartzito, uma rica hidrografia e extensos campos de sempre vivas. Dessas terras vertem águas que seguem rumo ao Jequitinhonha, ao São Francisco e ao Doce, três bacias que se individualizam no Espinhaço. Segundo Fogaça (1997) sobre a Serra e o Rio Jequitinhonha:

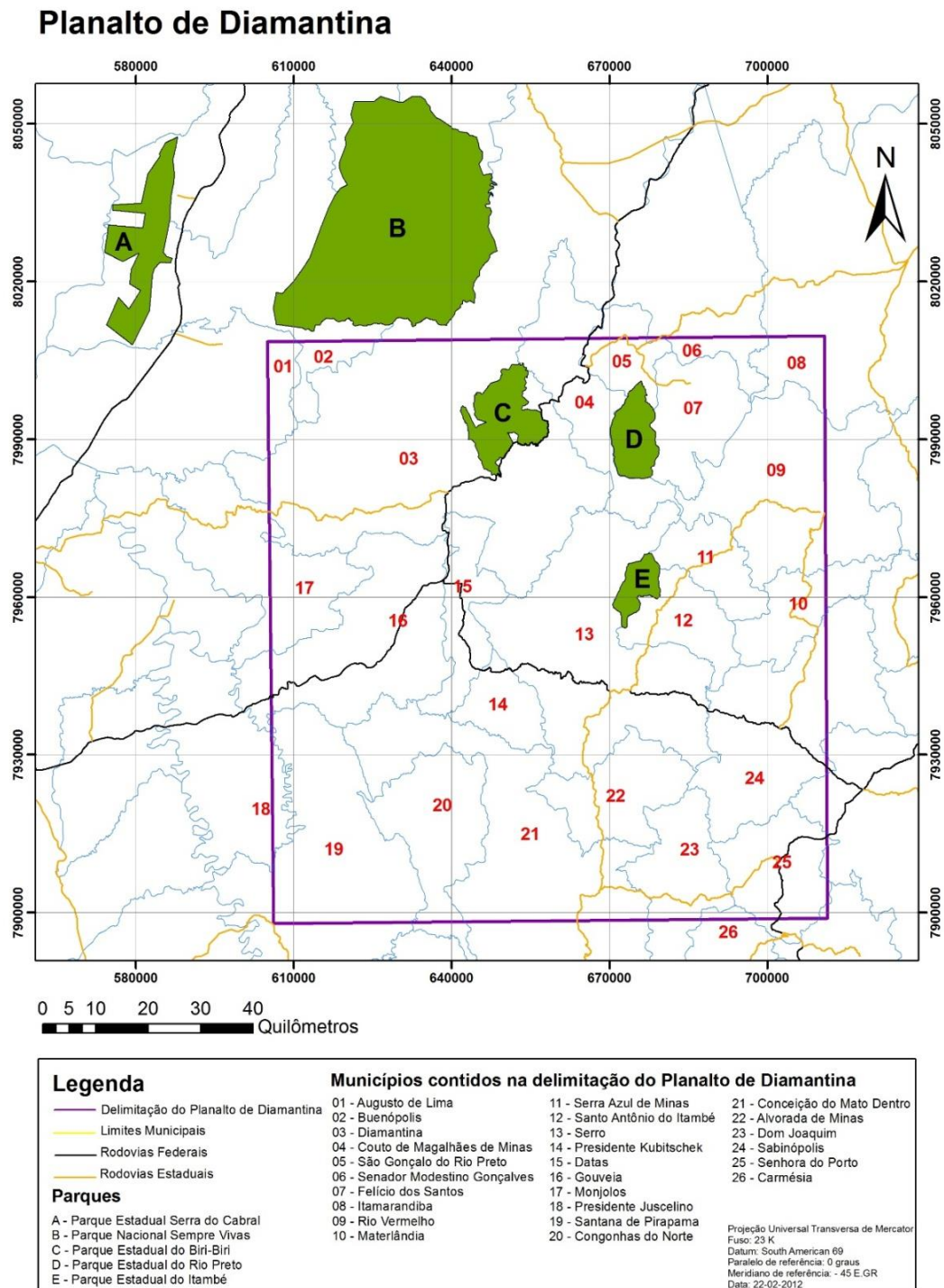
Na faixa leste da Folha Diamantina, devido à potência erosional dos inúmeros tributários do Rio Jequitinhonha (Rio Pinheiros, Ribeirão do Inferno, etc.), os pediplanos estão sendo gradativamente destruídos, dando lugar a um relevo montanhoso com desníveis abruptos e vales profundos. Um bom exemplo é o pediplano que se inicia na Serra dos Cristais (próximo a Diamantina) e se desenvolve para leste em direção à Mendanha, onde de uma cota média de 1300 m, atinge-se, rapidamente, cerca de 700 m no leito e aluviões do Jequitinhonha (FOGAÇA et al., 1997, p.1590).

Figura 2: Mapa da Serra do Espinhaço Meridional.



Modificado de Silva (2012).

Figura 3: Esboço cartográfico da delimitação do Planalto de Diamantina.



Fonte: Morais (2012).

Das disposições fisiográficas e estruturais, a região do Planalto de Diamantina, cenário desse estudo, possui um rico conjunto metalogenético (Diamante e Ouro) em depósitos superficiais e subsuperficiais, os quais foram os estímulos econômicos para povoamento regional.

Vários autores descreveram os modos de ocorrência do diamante e ouro no Planalto de Diamantina. Segundo Abreu (1982), a gênese primária do diamante ainda permanece desconhecida na região e sua ocorrência associa-se aos conglomerados pré-cambrianos (Formação Sopa Brumadinho e Grupo Macaúbas) e às formações superficiais que recobrem as vertentes, bem como aos terraços e aos depósitos de leitos dos rios e córregos que cortam a região.

Os aspectos morfológicos e funcionais da região lhes conferem atributos naturais altamente valorizados do ponto de vista socioeconômico, no que diz respeito às atividades turísticas e ao aproveitamento sustentável dos recursos hídricos. De acordo com Abreu (1982), Saadi (1995), Melgaço (1999), Guimarães (2004), Silva, Pedreira e Almeida Abreu (2005) dentre outros, os aspectos geológicos, morfopedológicos e geoambientais globais de superfície condicionam grandes potencialidades econômicas, mas também de extrema fragilidade. Os aluviões expostos no Brasil colônia caracterizavam-se como fator de atração para o início da ocupação da região tendo a mineração orientado o uso e ocupação do terreno (MARTINS, 2007). Cabe aqui citar um trecho de Abreu (1982, p.142): “A ação humana valorizou, desde o início, exatamente os escombros da morfogênese regional, que continham em si o diamante e o ouro, cuja exploração deu a tônica em todo o sistema territorial implantado na região, desde os primórdios de seu povoamento”.

O Cerrado é o bioma marcante do Planalto de Diamantina. Diversas feições fitofisionômicas podem ser observadas, com predominância das feições herbáceas, herbáceo-arbustivas e arbustivas (RIBEIRO; WALTER, 1998). As ocorrências de tais



fitofisionomias estão condicionadas pelo clima e pelos aspectos morfológicos da Serra (GONTIJO, 2008).

A diversidade das formações vegetais constitui um mosaico, sendo possível encontrar, num raio de poucos quilômetros, muitas ou mesmo todas as feições do Cerrado da região, sendo o campo rupestre e o campo limpo os elementos mais frequentes (LIMA et al. 2005).

Isnardis (2009) reflete sobre uma errônea análise da biodiversidade do Planalto de Diamantina, a qual tende a explicitar uma aridez paisagística e pobreza regional. Por outro lado, trabalhos científicos como Sano e Almeida (1998) e Piuzana et al. (2006) demonstram o uso tradicional sustentável de espécies vegetais, ruderais ou endêmicas, presentes no Planalto de Diamantina como formas de obtenção de alimentos, medicamentos ou mesmo como atividade econômica, necessários para a sobrevivência de comunidades campesinas.

No entanto, cenários criados pela simbiose entre a fisiografia e bioma constituem paisagens de valor estético, científico e ecológico incomensurável, mas de extrema fragilidade (GONTIJO, 2008; MORAIS, 2012). Esta realidade ambiental recebe uma forte pressão conservacionista, pela atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, além de pesquisadores, grupos de observadores da biodiversidade, entre outros.

As diversidades biológicas e geológicas da região condicionaram a construção de uma singular realidade sociocultural a qual se expressa pela tradição do extrativismo mineral e florístico. A principal classe de solo da região é o neossolo, cujas características principais são acidez, pobreza em nutrientes, horizonte B inexistente e horizonte superficial raso, de textura arenosa. Soma-se a isso a acentuada declividade o que torna a prática da agropecuária incipiente, porém importante na subsistência das comunidades, o que se comprova nos trabalhos de

Abreu (1982) e Martins (2007) que apontam que o Planalto Meridional do Espinhaço apresentou desde o início de sua ocupação a presença de áreas de criação e cultura.

Porém com o avanço das relações de trabalho e consumo, quebra-se o equilíbrio extrativista regional: o extrativismo sustentável tradicional dá lugar ao extrativismo predatório, o que gera uma rápida modificação na realidade sociocultural das comunidades camponesas. Tal realidade justificou ainda mais a criação de UCs e a imposição de limites ao uso do espaço natural por essas comunidades.

## **Materiais e Métodos**

A conjuntura apresentada configura-se como um caso no qual grupos sociais distintos, com diferentes entendimentos sobre as possibilidades de uso e ocupação do terreno, encontram-se confinados e sobrepostos a um mesmo espaço – a área da unidade de conservação e seu entorno norteando assim a uma realidade de conflito socioambiental.

Para compreender a construção dos conflitos, torna-se relevante entender como os agentes desses grupos se portam frente ao processo de criação e implementação das UCs e como isso interfere em suas práticas. Assim, o método hipotético-dedutivo foi escolhido neste trabalho, o qual parte de um questionamento que permite formular uma hipótese e, pelo processo dedutivo, testa-se a ocorrência dos fenômenos (GIL, 1993).

Inicialmente realizou-se revisão bibliográfica identificando os principais temas norteadores da pesquisa: (i) Relevância paisagística e natural da Serra do Espinhaço e do Planalto de Diamantina; (ii) O Histórico Conservacionista Mundial e Brasileiro; (iii) A legislação e conceitos de UCs; (iv) Conflitos socioambientais e análise profunda dos Planos de Manejo dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto.

Após a análise de documentos cartográficos, fotografias aéreas e imagens de satélite, trabalhos de campo foram realizados com o intuito de confrontar informações delimitadas pelos Planos de Manejo das UCs na delimitação e caracterização da área de estudo. Identificaram-se ainda os principais atores locais e posteriormente os conflitos socioambientais.

A fim de estabelecer a interação do pesquisador com a vida cotidiana das comunidades realizou-se algumas aproximações ao método da Observação Participante utilizando-se a entrevista semiestruturada como eixo inicial norteador para essa etapa.

A escolha dos entrevistados teve como critério a opinião geral dos moradores das comunidades levando-se em conta aqueles mais envolvidos com as unidades de conservação. Dentre os selecionados para entrevistas pode-se citar: os envolvidos no processo, líderes locais, participantes de associação dos moradores, pessoas atuadas em ações fiscalizatórias, gestores e funcionários dos parques, mantenedores de conhecimento tradicional da região e, ainda, pessoas/famílias que vivenciam o processo de desapropriação de terra devido as UCs. Por fim, foram entrevistados representantes de entidades e empresas que atuam direta ou indiretamente nas áreas dos Parques e de seus entornos.

As entrevistas foram realizadas de Maio de 2011 a Janeiro de 2013 totalizando quarenta e seis que, após transcrição e análise das informações contidas, possibilitaram o entendimento da situação atual dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto no que diz respeito à realidade dos conflitos socioambientais gerados pelo processo de criação das UCs.

## Resultados e Discussões

A população do Alto Jequitinhonha é comumente associada a sua forte relação com terra, expressa tradicionalmente em atividades ligadas ao garimpo, ao extrativismo vegetal e, principalmente, à agricultura de subsistência. As comunidades camponesas da região seguem por gerações um sustento baseado no cultivo e no aproveitamento dos recursos naturais, sendo a terra o principal e maior patrimônio destas famílias.

De acordo com o Decreto Federal nº 6.040 de 07/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais explicita em seus incisos I e II do artigo 3º que:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;  
Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007)

Nota-se, portanto que para uma comunidade ser caracterizada como tradicional inicialmente essa comunidade deve se reconhecer como tal, porém esse reconhecimento dificilmente acontecerá por ela mesma, suas tradicionalidades se explicitam na visceralidade do seu processo de reprodução cultural, social e econômica.

De forma ampla, a tradicionalidade das comunidades de entorno dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto é reconhecida nos trabalhos de Ribeiro (2007), Galizoni (2007) e Ribeiro, Galizoni (2000), que descrevem de forma generalista as formas próprias de organização social, o processo de ocupação e uso de seus

territórios e recursos naturais de comunidades campestres inseridas na sub região do Alto Jequitinhonha.

Os sujeitos deste trabalho – as populações das comunidades de Santo Antônio, Alecrim, Pinheiro e Maria Nunes – podem ser considerados populações tradicionais uma vez que possuem um histórico de profunda relação com a terra e os recursos naturais disponíveis, além de terem um forte sentimento de pertencimento ao lugar onde nasceram e ainda vivem.

O Parque Estadual do Rio Preto (PERP) surge de uma demanda da população de São Gonçalo do Rio Preto que demonstrava grande insatisfação com o estado de degradação do rio Preto, provocado principalmente pelo garimpo indiscriminado. Em resposta a essa insatisfação, por meio do Decreto nº 35.611 da Assembleia Legislativa do Governo Estadual de Minas Gerais, em 1º de junho de 1994, cria-se o PERP (MINAS GERAIS, 1994). No entanto, seu plano de manejo só foi criado dez anos mais tarde, em 2004, não respeitando o limite de cinco anos para sua elaboração. Nestes dez anos, o parque ficou sujeito a regras gerais de unidades de conservação de proteção integral, não levando em conta suas particularidades.

A Figura 4 apresenta os limites do PERP que apresenta uma dimensão aproximada de 12.176 hectares, bem como apresenta as comunidades rurais na Zona de Amortecimento, a qual tem 29.809 hectares de área. Todas pertencentes à área de influência direta do parque, estas comunidades tiveram todo o seu modo de vida alterada em decorrência das restrições impostas pela criação do Parque bem como por sua ZA.

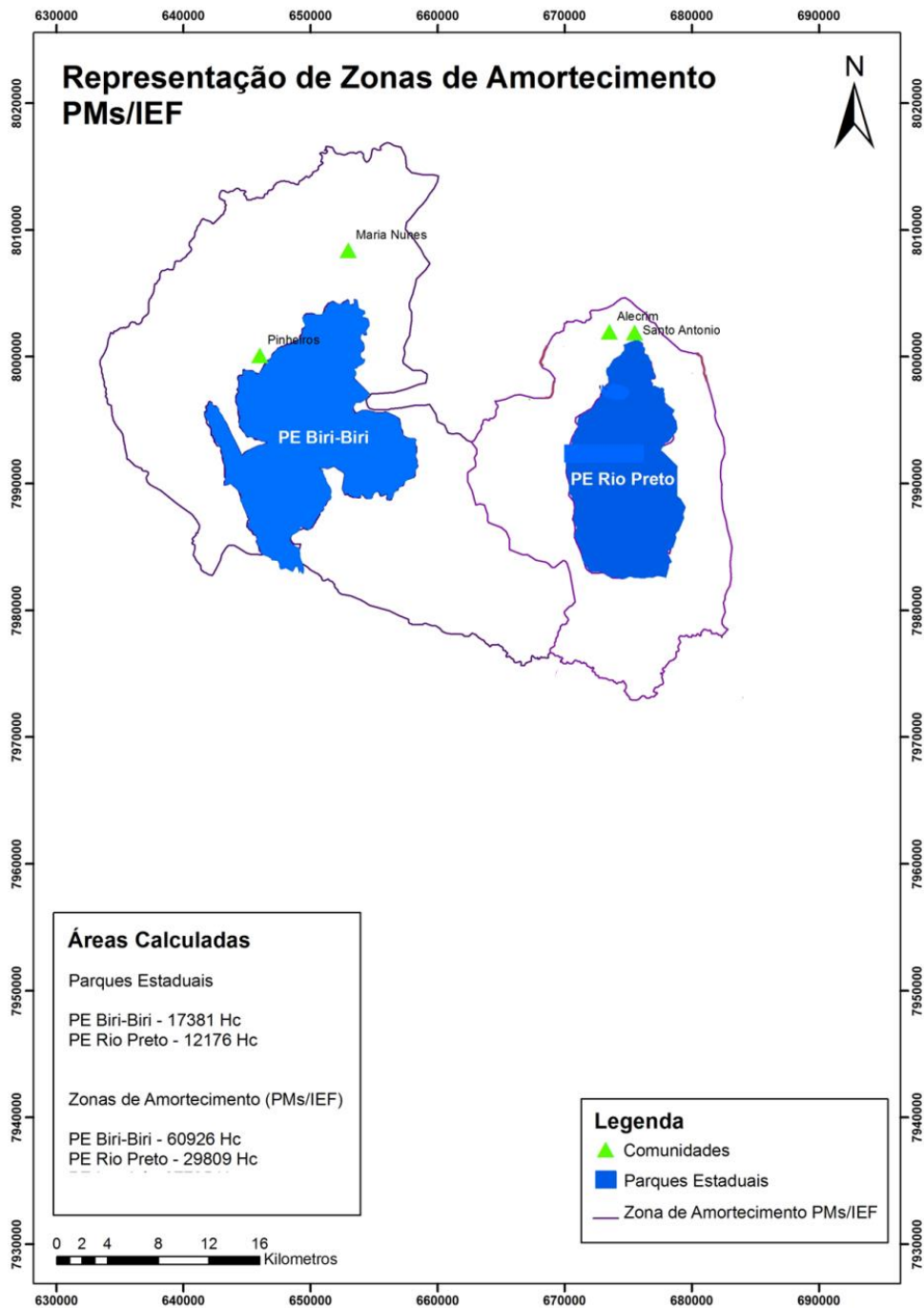
O Parque Estadual do Biribiri (PEBI) foi criado de acordo com o Decreto Estadual nº 39.909, em setembro de 1998, com o objetivo de proteger a fauna e flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas, estudos científicos e alternativas de uso racional dos

recursos naturais, por meio do desenvolvimento de atividades de ecoturismo (MINAS GERAIS, 1998).

Os limites do PEBI são apresentados na Figura 4 o Parque tem uma área aproximada de 17.381 hectares. Já sua Zona de Amortecimento apresenta uma área aproximada de 60.926 hectares. Inseridas na ZA estão as comunidades de Pinheiro e Maria Nunes.

As análises sobre as transformações ocorridas no modo de vida de quatro comunidades tradicionais localizadas nas ZAs do PERP e do PEBI e os conflitos oriundos dessa nova territorialidade foram identificados nas falas dos moradores e sintetizados no Quadro 1.

Figura 4: Limites dos Parques Estaduais do Rio Preto e Biribiri e respectivas Zonas de Amortecimento e Localização das comunidades de entorno.



Fonte: Moraes (2012)

Quadro 1: Análises das transformações ocorridas no modo de vida de quatro comunidades tradicionais localizadas nas ZAs do PERP e do PEBI e os conflitos oriundos dessa nova territorialidade

| Conflitos                  | Comunidades do entorno do Parque Estadual do Rio Preto – PERP   | Comunidades do entorno do Parque Estadual do Biribiri - PEBI   |
|----------------------------|---|--|
| Restrição ao Uso do Espaço | <p>“Eu acho ruim né?! Não pode pescar mais, não pode tirar nenhum pau de lenha... Se tirar passa apertado ainda, minha filha.” (Moradora Santo Antônio)</p> <p>“A liberdade de passear aí já mudou tudo. Já é diferente. Mas eu falo assim, se for o caso de sair daqui e subir tomando banho pro rio acima aí... Bem antes de ter o parque, a liberdade era outra. É uai... Hoje você sai, sai passeando. Num instantinho a polícia já tá vindo e perguntando o que você tá fazendo.” (Morador Alecrim).</p> | <p>“Aí apanhava muita flor. Uai, o gado teve de vender tudo. (...) Prejudicou muita gente.” (Morador Pinheiro)</p> <p>“Porque antes tinha o pasto, podia soltar as criações, agora não pode saltar mais” (Morador Pinheiro)</p> <p>“A liberdade de passear aí já mudou tudo. Já é diferente. Mas eu falo assim, se for o caso de sair daqui e subir tomando banho pro rio acima aí... Bem antes de ter o parque, a liberdade era outra. É uai... Hoje você sai, sai passeando. Num instantinho a polícia já tá vindo e perguntando o que você tá fazendo.” (Morador Maria Nunes)</p> |
| Geração de Emprego         | <p>“Ah foi ué, porque gerou muito serviço pro povo da roça aí né!?. Aqui tem umas sei ou mais pessoas que tão trabalhando no parque aí.” (Morador Santo Antônio)</p> <p>“Foi bom para muitos aí que trabalham lá que é daqui, ajudou eles também (...) A maioria que trabalha no Parque é do Santo Antônio, do Alecrim não escolhe não mesmo (...)”</p>   | As comunidades do PEBI, no período das entrevistas não manifestaram essa realidade.  |

Continua



Continuação

|                           |  |  |
|---------------------------|--|--|
| Desconhecimento do Parque | <p>“Mas acho que assim, a maioria, gosta de ter o parque, se bem que assim lá na cidade mesmo a gente chega e pergunta muita gente não conhece. Tem muita gente que não conhece... Não, não... tem muita gente que assim se você perguntar onde que fica o parque aqui, não sabe te informar, acho que é por desinteresse.” (Funcionário do PERP e morador Santo Antônio)</p> <p>“Ainda falta muito esclarecimento. Muita gente daqui... a maioria da população daqui não conhece o Parque. Até mesmo pelo acesso, acesso ser muito difícil... é longe. Então acredito que noventa por cento da população de Rio Preto não conhece o Parque. Ele é mais visitado por pessoas de fora. Mais é por falta de conhecimento.” (Moradora do Alecrim)</p> | <p>“Não veio ninguém falar nada com a gente não” (Morador de Maria Nunes)</p> <p>“Meu filho leu no jornal lá em Diamantina e contou pra gente” (Moradora do Pinheiro).</p>   |
| Especulação Imobiliária   | <p>“(…) valorizou muito foi o terreno do pessoal aqui, o pessoal que tem terreno na beira de água aqui melhorou, tem vida de luxo, cara vendia um pedacinho aqui e comprava casa na cidade. Se você for olhar todo mundo já ta tendo carro, moto, é casa na cidade, então aí vende um pedacinho aí, dessa parte aí, que isso aí, que antes não valia nada, que era isso, aquilo as pessoas não davam valor, e através do parque que começou a chegar as pessoas dando valor a terra, aí as coisas melhoraram muito nessa parte, agora a gente que é mais simples que mora aqui... a gente não pode contar se é vantagem se num é... por que a gente não sabe quem tá chegando né(…)” (Morador Santo Antônio)</p>                                   | <p>“No parque não pode tirar lenha nem botar gado, assim ta também a fazenda da Liasa” (Morador do Pinheiro)</p> <p>“Tem muito pedaço de terra para vender, quem tem quer vender, tem medo do Parque tomar” (Morador Pinheiro)</p> |

Continua

Continuação

|   |  |   |
|---|--|---|
| <p>A relação com a terra e os recursos naturais</p> | <p>“Ali para cima onde é o Parque era só deles, mas muitos daqui catavam as frutas que tinha... Agora que vendeu para o parque aí, ninguém mexe mais.” (Moradora Santo Antônio)</p> <p>“O pai da gente ia lá né... Porque tinha criação. Ficava lá, e depois ia buscar. Muita gente que tinha criação, ficava tudo solto”. (Morador Alecrim)</p> <p>“Ahh... o pessoal de hoje a gente nem pode falar que tem alguma coisa contra o parque, o mais velho tinha atividade aqui né... os mais velhos que tinham mais contato com as coisas de dentro do parque, tiravam flores, madeira e tal né... mas os jovens de hoje nem tem muito contato, porque eles nem tem habilidade de fazer as coisas que a gente fazia né, então pra eles tanto faz tanto fez, agora os mais velhos né.” (Moradora Alecrim)</p> | <p>“Ta quase sendo preciso a gente mudar daqui por causa da lenha. (...) É prejuízo porque muita gente que tinha criação, precisou até vender porque eles (o Parque) não aceitaram as criações no pasto” (Morador Pinheiro)</p> <p>“Muita gente foi pra diamantina e pra lá mais longe”. (Moradora Maria Nunes)</p> |
|---|--|---|

## Conclusões

As análises das entrevistas realizadas explicitaram os ambientes de conflitos presentes nas comunidades rurais do PERP e PEBI. Espaços tradicionalmente considerados áreas comuns como áreas de pastagem e a área dedicada ao extrativismo vegetal, hoje não existem mais. As proibições às atividades como: retirada de areia do rio, a pesca, usos diversos da água do rio e ao extrativismo vegetal e mineral, associados a uma fiscalização intensiva são as principais insatisfações. As limitações de uso foram impostas sem se explicar ao certo o porquê e sem a proposição de alternativas de adaptação à nova realidade.

A criação de áreas protegidas, principalmente, as de proteção integral configura-se como medida fundamental para a proteção e conservação dos nossos biomas, entretanto, a participação das às comunidades neste processo é fundamental, uma vez que elas representam o frágil elo entre a relação homem-natureza. A falta de planejamento e práticas políticas efetivas que realmente possam englobar as populações rurais, sobretudo as residentes nas ZAs de UCs, faz com que estes atores sociais, geralmente, tenham uma visão negativa sobre a criação de áreas protegidas.

As restrições de uso do espaço e dos recursos naturais e a manutenção dos modos tradicionais de vida sem a proposição de alternativas efetivas a estas populações promoveram um distanciamento entre comunidades e unidades de conservação. Este trabalho revelou também uma perda de identidade entre os moradores do entorno, ou seja, percebeu-se uma sutil descaracterização no perfil tradicional, ocasionada pelas mudanças trazidas pelos Parques.

Poucas ações estão sendo pensadas/realizadas com o intuito de gerar alternativas econômicas para as comunidades do entorno dos parques estaduais apresentados neste trabalho. Outra constatação é a ínfima participação destas comunidades nos Conselhos Consultivos das UCs apesar do seu direito constituído como participante. As discussões nos momentos de reuniões dos conselhos normalmente acontecem num linguajar inacessível as comunidades.

Por fim, propiciar a efetivação de um modelo de gestão mais participativo, de forma a integrar interesses conservacionistas àqueles das comunidades locais seria uma tentativa de erradicar ou mesmo minimizar conflitos diretos. As histórias ao longo de quase vinte anos do PERP e PEBI também contam da importância do bom relacionamento entre o gestor e a comunidade.

## Referências

ABREU, A.A. **Análise Geomorfológica: reflexão e aplicação**. Uma contribuição ao conhecimento das formas de relevo do Planalto de Diamantina- MG. 1982, 296 f. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

ANAYA, F.; BARBOSA, R. S; SAMPAIO, C. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira. **UNIMONTES Científica**, Montes Claros, v. 8, n. 1, p. 35-41, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm) >. Acesso em: abril de 2011.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) >. Acesso em: janeiro de 2014.

FOGAÇA, A.C.C. **Geologia da Folha Diamantina**. Belo Horizonte: COMIG-Companhia Mineradora de Minas Gerais, Vol. 16, p.1575-1665. 1997.

GALIZONI, F. M. A Terra em movimento In: RIBEIRO, E. M. (coord.) **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Lavras: Universidade Federal de Lavras. 2007.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1-2, p. 7-15, 2008.

GUIMARÃES, R. M. **Seleção de geoindicadores para determinação de áreas de fragilidade face às pressões antrópicas**: contribuição da análise geossistêmica e da ecologia da paisagem no Espinhaço Meridional. 2004, 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ISNARDIS, A. **Entre as pedras**: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. 2009. 278f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

Disponível em: <<http://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-24072009-111435/>>. Acesso em: Fevereiro de 2012.

LIMA, C.; LAGE, D.; VALENTE, P.; LINKE, V. Diamantina Rupestre - percepções e construções da paisagem em uma abordagem histórica, geográfica e arqueológica da região do antigo Distrito Diamantino. **Revista de Iniciação Científica da Newton Paiva 2003-2004**, Belo Horizonte, p. 79-102, 2005.

LOPES, F.A.; MILAGRES, A.R.; PIUZANA, D. ; MORAIS, M. S. . Viajantes e naturalistas do Século XIX: A Reconstrução do Antigo Distrito Diamantino na Literatura de Viagem. **Caderno de Geografia** (PUC MG. Impresso), Belo Horizonte, v. 21, p. 66-87, 2011.

MARTINS, M.L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MELGAÇO, J. **Geomorfologia, educação ambiental e produção agrícola em municípios do Alto Jequitinhonha - Serra do Espinhaço Meridional - MG**. 1999. 79f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MINAS GERAIS. **Lei nº 2.606 de 5 de janeiro de 1962**. Cria o Instituto Estadual de Florestas. Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5091>>. Acesso em: outubro de 2012.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 21.724 de 23 de novembro de 1981**. Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais. Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1107>>. Acesso em: outubro de 2012.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 35.611 de 1º de junho de 1994**. Cria o Parque Estadual do Rio Preto, no município de São Gonçalo do Rio Preto. Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.rcambiental.com.br/Atos/ver/DEC-%20MG-35611-1994/>>. Acesso em: novembro de 2011

MINAS GERAIS. **Decreto nº 39.909, de 22 de Setembro de 1998**. Cria o Parque Estadual do Biribiri e dá outras providências. Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm) >. Acesso em: janeiro de 2012

MORAIS, M.S. **Comunidades e Unidades de Conservação: Conflitos e possibilidades de interação entre as comunidades do entorno dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 2012. 104 f. Exame de Qualificação (Doutorado

em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PIUZANA, D. JERÔNIMO, K; MORAIS, M.S.; GRANDI, T. S.M.; INÁCIO, J.H. **Parque Estadual do Rio Preto, MG**: Um herbário vivo. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2006. 297 p.

RIBEIRO, E. M. Para Repensar a História e o Desenvolvimento Rural do Jequitinhonha in: RIBEIRO, E. M. (coord.) **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Lavras: Universidade Federal de Lavras. 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas Agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. S. M. **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000, 351p.

SAADI, A. A Geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas Margens. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995.

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. **Cerrado**: ambiente e flora. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.

SILVA, A. C. F. PEDREIRA, L. C. V. S.; ABREU, P. A. A. (Eds.). **Serra do Espinhaço Meridional**. Paisagens e Ambientes. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

SILVA, M. L. **Mapeamento, Estoque de Matéria Orgânica e Valor Ambiental das Turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional – SdEM**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2012.

---

## Agradecimentos

MSM agradece a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) por bolsa de doutorado e BMG agradece à FAPEMIG pelo apoio financeiro ao projeto: *Caracterização e Gestão Sistêmica das Paisagens da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço*.

---

## Sobre os autores:

<sup>1</sup>Marcelino Santos de Moraes : <http://lattes.cnpq.br/3821688027953675>

---

Geógrafo, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Prof. Assistente da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil  
Contato: [morais.marcelino@gmail.com](mailto:morais.marcelino@gmail.com); [santos.marcelino@ufvjm.edu.br](mailto:santos.marcelino@ufvjm.edu.br)

<sup>2</sup>Bernardo Machado Gontijo: <http://lattes.cnpq.br/0882015654292509>  
Geógrafo e biólogo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Prof. Adjunto do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. contato: [gontijobm@yahoo.com.br](mailto:gontijobm@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Danielle Piuzana Mucida: <http://lattes.cnpq.br/1730953268502384>  
Geóloga, doutora em Geologia Regional pela Universidade de Brasília/ Australian National University. Profa. Adjunta da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). contato: [danielle.piuzana@ufvjm.edu.br](mailto:danielle.piuzana@ufvjm.edu.br); [dpiuzana@yahoo.com.br](mailto:dpiuzana@yahoo.com.br)

<sup>4</sup>Patrícia Crisóstomo Dupin: <http://lattes.cnpq.br/8067655129679869>  
Bacharel/Licenciada em Geografia pelo Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil.  
contato: [patriciacdupin@gmail.com](mailto:patriciacdupin@gmail.com)